

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CURSO DE MAGISTÉRIO
SUGESTÃO DE PROGRAMAÇÃO

Por

HILDA PACHECO DE CARVALHO

Monografia apresentada ao Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná como Requisito Parcial à Obtenção do Título de Pós-Graduação em Educação Especial na Área de Audio Comunicação.

CURITIBA, 1986

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CURSO DE MAGISTÉRIO SUGESTÃO DE PROGRAMAÇÃO

Por

HILDA PACHECO DE CARVALHO

Monografia apresentada ao Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná como Requisito Parcial à Obtenção do Título de Pós-Graduação em Educação Especial na Área de Audio Comunicação.

CURITIBA, 1986

AGRADECIMENTOS

À professora Roseli Baumel, Mestre em Educação e minha orientadora, pelas informações que permitiram a conclusão desta monografia.

Devo gratidão também às Professoras Gilda Moreira Weiss e Neusa M. G. P Carvalho pelo incentivo recebido a prosseguir estudos sobre o assunto escolhido.

A AUTORA

PEDIDO DO EXCEPCIONAL

ACEITA-ME como sou, por questão de justiça e não por piedade!

TORNA-ME um ser útil, porque não devo viver de esmolas!

LIVRA-ME da ignorância e da dependência, pelo teu dever de cidadão!

PÕE em meus lábios a luz de um sorriso e não a sombra tristonha do medo!

AJUDA-ME a não ser pesado a meus pais queridos, fazendo com que eu me integre na sociedade da qual sou membro!

REFLETE que meu início foi igual ao teu!

SABE que as ilusões que cercaram o meu berço foram as mesmas com as quais teus pais sonharam!

DESPERTA com teu afeto, a minha mansidão, contra a agressividade que avassala!

OLHA-ME, sou pessoa humana como tu!

AMA-ME, porque tu e eu nascemos para nos amarmos!

Associação do Deficiente Motor.

Dos Professores Especialistas
a Lei 5.692/71, Cap. V. Art. 29
prevê:

"A formação de professores e espe
cialistas para o ensino de 1º e
2º graus será feita em níveis
que se elevem progressivamente,
ajustando-se às diferenças cultu
rais de cada região do País, e
com orientação que atenda aos
objetivos específicos de cada
grau, às características das dis
ciplinas, áreas de estudo ou ati
vidades e às fases de desenvolvi
mento dos educandos.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 5

I. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA	
1. Introdução	01
1.2. Justificativa	03
1.3. Objetivos	04
1.4. Procedimentos Metodológicos	05
II. REVISÃO DA LITERATURA	
2.1. Referencial teórico	09
2.2. Definição de termos	13
2.3. Aceitação familiar e a sociedade face ao excepcional	14
III. CLASSIFICAÇÃO DAS EXCEPCIONALIDADES E A EDUCAÇÃO COMO ELO INTEGRADOR	
3.1. O deficiente	20
3.2. Classificação	21
3.3. Caracterização	22
IV. O ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL	
4.1. Conceituação de Educação Especial	33
4.2. Sugestão de tipos de atendimento ao excepcional	34
V. SÍNTESE DO ASPECTO LEGAL	
5.1. A Educação do excepcional	37
5.2. Diagnóstico da realidade	39
5.3. Currículo	46
VI. SUPORTE TEÓRICO A UMA SUGESTÃO DE DISCIPLINA ESPECÍFICA PARA A O CURSO DE MAGISTÉRIO	
6.1. Justificativa	48
6.2. Dos fins da disciplina	50
6.3. Temas a estudar	50
6.4. Objetivos gerais da disciplina	50
6.5. Objetivos específicos	51
6.6. Sugestões de atividades	52
6.7. Avaliação	52
6.8. Cronograma e recursos humanos	53
6.9. Nomenclatura	53
6.10. Posicionamento final sobre a sugestão da disciplina	53
VII. CONCLUSÕES	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS:

1. Escore de conhecimento e interesse sobre os deficientes e sua educação professor e alunas.....	41
1.1. Escore do conhecimento e interesse sobre os deficientes e sua educação - Professoras	42
1.2. Escore do conhecimento e interesse sobre os deficientes e sua educação - alunas	43

GRÁFICOS:

1. Análise estatística - professores	44
1.2. Análise estatística - alunas	45

A presente pesquisa visa elucidar a falta de nexo integrador entre as características de uma realidade diversificada na área da educação do deficiente e o planejamento curricular das escolas de Magistério de 2º grau. Três aspectos são prioritários para o estudo: as conceituações dos educadores e as metas de atualização, a aceitação familiar e a sociedade, a objetividade da Educação Especial, o aspecto legal e as implicações relacionadas ao educando.

O enfoque do trabalho é a necessidade da maior participação das comunidades e a conseqüente atualização dos docentes quanto à problemática da Educação Especial.

O que se propõe é gerar diretrizes curriculares que levem o docente a cumprir os propósitos educacionais no Curso de Magistério, a nível de 2º Grau, no que diz respeito a excepcionalidade, partindo da suposição básica de que todos os que são atingidos pela educação como instituição social, devem participar direta ou indiretamente do seu processo e do seu controle.

Adotou-se o método da combinação da análise documental com a pesquisa de campo, que aliado ao referencial teórico permitiu o aprofundamento do estudo das peculiaridades

docentes, de modo a caracterizar o contexto nos seus relacionamentos. A participação do planejador, portanto, não deve ser baseada nos dados da diagnose da realidade, mas fundamentalmente, no referencial cultural da mesma.

A primeira parte do trabalho é constituída pela introdução, que apresenta o problema em seu âmbito, a justificativa do estudo, os objetivos e a metodologia.

A segunda parte - constituída de capítulos referentes a revisão da literatura, classificação das excepcionalidades e a educação como elo integrador, o atendimento ao excepcional. A síntese do aspecto legal, o diagnóstico da realidade e os atuais currículos - é fundamento para o referencial teórico, constituído pelo quinto capítulo.

O capítulo sexto, terceira parte do trabalho apresenta sugestão de disciplina, com base na pesquisa e interpretação dos dados.

A sétima e última parte constitui a síntese conclusiva, que engloba as constatações, as recomendações e as diretrizes para o planejamento curricular.

CAPÍTULO I

COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

1 - INTRODUÇÃO

Um dos problemas mais sérios no plano educacional é a adequação entre as necessidades da clientela deficiente e a normal e os docentes para consubstanciá-los ao processo da aprendizagem. Surgem inúmeros problemas a serem enfrentados, resultantes de suas necessidades estruturais internas, bem como das interferências externas de todo o tipo.

Se, de um ponto de vista geral, tem-se um plano menor as preocupações com a educação, é conseqüente que as questões íntimas deste setor sejam reduzidas em importâncias. As preocupações com os problemas da conjuntura social acabam escondendo o problema estrutural mais amplo, ou seja, a educação, móvel predominante do próprio desenvolvimento, como tal deve ser tratada.

As preocupações que levantaram a temática aqui enfocada foram suscitadas a partir da observação assistemática e de leituras sobre as necessidades educacionais do deficiente, que vem chamando a atenção do pesquisador. Embora considerada como um dos principais fatores de melhoria para a vida do deficiente, a escola comum, diante da complexa problemática que está envolvida, encontra sérias dificuldades para atender essa

clientela carente de uma participação mais efetiva no processo de desenvolvimento global.

Alguns currículos escolares revelam considerável discrepância entre a teoria e a prática, entre o ideal e o real. A falta de apoio na realidade e em alguns casos, a alienação da cultura do docente, resultam em uma educação destituída de sentido. Observa-se, desse modo, em relação aos problemas educacionais, um tratamento alijado das condições e peculiaridades do deficiente.

A escola, por sua vez, depara-se com a questão das diretrizes curriculares e sua adequação com a clientela não portadora de deficiência e as peculiaridades do meio, móvel essencial desta pesquisa. No entanto, ela não tem as condições mínimas, colaborando para o aumento dos conflitos escolares, familiares e sociais, já mencionados no princípio deste trabalho. Há necessidade de primeiro mudar a concepção, sobre o assunto, do profissional atuante e dos que irão atuar. De nada adianta falar em integrar o excepcional à escola, à família e à sociedade se os próprios educadores, que seriam o canal norteador para isto, estão totalmente desinformados.

Quando se constrói com responsabilidade, inicia-se pela base: os alicerces, que deverão sustentar os futuros sucessos, porque na Educação não se inicia pela base, substituindo-se o que tenha sido feito: a inversão da culminância pela base.

Muitos educadores têm se preocupado com esta defasagem na Educação e não têm medido esforços para lutar por uma mudança de base. Unindo os mesmos ideais, os educadores que

jã lutam por esta causa e os novos que ingressarão, de vencidos, tornar-se-ão vencedores.

Sugere-se, visto este estudo não ~~pret~~ender esgotar todas as dimensões na problemática, sejam feitos novos estudos e pesquisas, consubstanciando, assim, novas orientações e diretrizes quanto a formação do Professor, a nível de 2º Grau.

1.2. Justificativa

O presente trabalho tem como suporte um referencial teórico e prático, com o objetivo de evitar dicotomia entre a teoria e a prática face ao Excepcional e seu atendimento, Educação Especial e/ou Classes Comuns.

Hã necessidade de repensar nos Currículos e Grades Curriculares da Habilitação do Curso de Magistério, a nível de 2º Grau, no Estado do Paraná, para a rede Estadual e Particular de Ensino.

É caótico o conhecimento do professor atuante, quanto a detecção do indivíduo portador de deficiência em classe comum, seu encaminhamento aos Centros de atendimento e/ou atendimento em sua classe.

A ação coletiva consciente e intencional deverá recuperar a globalidade perdida na especialização e passar para uma ação interdisciplinar atuante.

A análise de dados coletados permitiu chegar a conclusão de que se faz necessário discutir os graves problemas da aprendizagem dos deficientes e avançar proposta de trabalho educacional junto aos docentes.

Houve um significado aumento da conscientização e compreensão da sociedade na aceitação do excepcional, mas há ainda muito a fazer e poucas organizações para fazê-lo.

A culminância das ações resultará no esforço de apresentar uma sugestão de disciplina acadêmica que reflita as expectativas dos envolvidos na tarefa de redimensionar os Cursos de Magistério no Paraná.

1.3 Este trabalho está baseado em uma pesquisa descritiva exploratória, determinando caminhos metodológicos, estabelecendo sugestão de programa educacional, e tendo como objetivo:

1. Conhecer a origem, evolução, concepções e questões educacionais do Excepcional e suas implicações interacionais dentro de dois aspectos: social e educacional.
2. Analisar e criticar a atual reabilitação, enfocando seu objeto, objetivos e finalidades.
3. Evidenciar um Departamento de Educação Especial atuando como um todo para, a partir disso apresentar sugestão de proposta de atuação, delimitando o papel do educador nos programas de reabilitação desenvolvidos para o excepcional.
4. Sugerir a inclusão de uma disciplina, no Curso de Magistério, a nível de 2º Grau, para atualização do Docente quanto a aceitação, encaminhamento e/ou atendimento do deficiente: físico, mental, visual e auditivo.

1.4 Procedimentos Metodológicos

Julgou-se ser conveniente escolher para a pesquisa de campo, dois tipos de clientela que, pertencendo a mesma região, fossem unidades com características suficientemente diferenciadas para justificar a necessidade especial no que se refere às opções educacionais, assim como, permitir uma análise que teve por objetivo trabalhar com evidências empíricas, selecionadas em função de sua importância, enquanto indicadores para a problemática em questão, assim como, de fornecer critério para a escolha e valorização dos problemas teóricos envolvidos com as relações explicativas dos atuais currículos e suas atualizações.

Assim, o estudo de cada clientela revestiu-se de rigor exploratório, instrumentalizado, propondo-se a detectar a realidade. Isso facilitou a identificação dos valores, possibilidades, limitações e características do docente intervenientes no processo educativo.

O resultado da abordagem feita sobre o deficiente e a Educação Especial, mediante uma pesquisa de campo, realizada com professores da rede municipal de Ensino e com alunas das terceiras séries do Curso de Magistério da rede particular, na cidade de Curitiba, no ano de 1.986, demonstrou que o conhecimento sobre o assunto é muito diversificado.

Serão transcritos, fielmente, algumas conceituações sobre o deficiente, dadas por professoras da primeira a quarta série do 1º Grau, do ensino comum e por formandas do Curso de Magistério.

O deficiente e sua possibilidade de educação é:

- Uma pessoa normal acho eu, pelo seu interior, não sendo psicológico. (aluna)
- Aquele que tem dificuldade em aprender. (aluna)
- Uma pessoa que não tem capacidade mental e física. (aluna)
- São os alunos que tem dificuldade em aprender, embora o professor explique a matéria. (aluna)
- Uma pessoa mais carente que necessita de cuidados especiais e de carinho. (aluna)
- São indivíduos que apresentam problemas físicos e mentais. (aluna)
- Indivíduo sem capacidade de conseguir se manter so zinho. (aluna)
- Como um indivíduo com retardos psicológicos, sua cabeça tem que receber cuidados especiais. (aluna)
- Que tem alguma falha em seu órgão. (aluna)
- Como gente, sô que não tem capacidade de raciocinar como pessoa. (aluna)
- Aquele que não pode viver socialmente com pessoas normais. (aluna)
- Não sei, pois nunca tive oportunidade de observar uma criança anormal. (aluna)
- Um ser que falta um pedaço de si, sente dificuldade de se adaptar ao meio social. (aluna)
- É uma criança com debilidade mental. (aluna)
- Acho que, que é um anormal. (aluna)
- Uma pessoa que não tem pensamento próprio. (aluna)
- Um indivíduo que falta-lhes uma das pernas, um dos braços. (aluna)

- Crianças que não sabem o que fazem. (professora)
- Aquela que necessita de cuidados. (professora)
- A criança que não corresponde aos padrões de normalidade. (professora)
- A criança que apresenta um problema de ordem mental. (professora)
- Aquela criança que apresenta qualquer problema físico ou mental. (professora)
- Criança que não tem desenvolvimento normal. (professora)
- Aquela que foge dos padrões normais considerados pela professora de classe. (professora)

A constatação do desconhecimento, sobre o assunto, por meio de uma amostragem - 12 professoras e 80 - alunas fornece subsídios para fazer uma crítica: muito se tem feito a respeito do reconhecimento, encaminhamento e/ou atendimento do deficiente, mas muito deixa a desejar e a fazer quanto ao planejamento e implementação dos programas educacionais na área.

O depoimento de um profissional pertencente ao Departamento de Educação Especial, do Estado do Paraná mostrou que as cidades do interior do Paraná estão em situação defasada.

O referido Departamento recebeu um ofício de uma das escolas, do interior, comunicando que em sua escola haviam sessenta alunos que apresentavam deficiência auditiva. O Departamento de Educação Especial entrou em contato com a escola, avisando que iria enviar um especialista para fazer a avaliação destas crianças. A escola, não esperou que lá chegasse o especialista, mandou em seguida um ofício retificando o pri

meiro, "Houve um engano", somente 10% das mesmas apresentavam o problema.

Serã que as professoras estão realmente preparadas para detectar problemas de deficiência? As Instituições que formam profissionais educadores estão alienadas quanto ao referido assunto?

Daí a necessidade de sugerir uma disciplina acadêmica que elucide o educador sobre a problemática apresentada.

Necessário se faz apresentar anteriormente um suporte teórico sobre o problema para elucidar as conceituações sobre o deficiente, a sua aceitação: família e sociedade.

Verificadas essas características e analisadas suas interferências no processo, procedem as condições para sugestão de diretrizes com vistas a uma reestruturação curricular, caracterizada por linhas mais dinâmicas e por uma operacionalidade processual, que permita constantes revisões e conceda maior significado ao planejamento educacional do deficiente.

CAPÍTULO II

REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da Literatura a respeito do excepcional possibilitou localizar sua origem histórica, seu conceito e os estudos realizados e os que vêm sendo empreendidos pelos pesquisadores sobre o tema. A partir de então procurou-se fazer uma abordagem mais minuciosa de sugestão de programação baseada na fundamentação teórica existente sobre a Educação Especial visto que esta variável foi utilizada na pesquisa de campo para uma motivação de realização do trabalho.

2.1 Referencial Teórico

a) O Excepcional de Ontem

As concepções pré-científicas de pessoas anormais, as interpretações místicas e sobrenaturais dos desvios persistiram muito depois de terem sido aceitas as explicações naturalistas dos eventos comportamentais. À medida que a mente normal era concebida como uma entidade, poder ou força material que controlava o corpo, o comportamento e desenvolvimento anormais eram ainda explicados em termos de poderes ou espíritos benígnos ou malígnos.

A crença do homem em espíritos benígnos ou malígnos como causa do comportamento anormal tem sido evidente desde

os prenaturais pelas naturalistas do que é invulgar ao comportamento e desenvolvimento humano tem constituído um lento processo que ainda hoje não está completo.

O indivíduo anormal passou a ser temido e os terrores da Inquisição fizeram com que as famílias e os amigos dos pacientes mentais os repudiassem e o conceito de incapazes ainda não se extinguiu por completo.

Historicamente, os filósofos e os médicos têm sido os mais influentes na promoção do processo de transição.

Os filósofos gregos foram os primeiros a desenvolver algo parecido com uma concepção naturalista da natureza da mente e seu funcionamento: Anáxagoras (528-500 A.C), Diógenes (412-323 A.C), Aristóteles (384-322 A.C.), Brett (1962), Weber (1925). Hipócrates (460-375 A.C.) já havia afastado a concepção sobrenatural quando afirmou que a epilepsia não era "mal divino" mas tinha uma causa natural. Galego (século II D.C.), localizou as funções psíquicas no cérebro, concebendo os estímulos em termos materiais.

O ano de 1.792, assinalou o início de uma atitude esclarecedora em relação aos doentes mentais (Pinel). Com a fundação da primeira escola bem sucedida para o tratamento dos deficientes mentais em 1.837, a diferença entre pessoas mentalmente deficientes e mentalmente doentes foi reconhecida de modo claro e o seu tratamento foi correspondentemente diferente. Foram usados critérios para determinar pessoas mentalmente deficientes.

Os estudiosos no assunto, chegaram à conclusão de que as deficiências não eram apenas no âmbito mental, outras defi

ciências que anteriormente eram determinadas meramente mental não o eram. Surge, após vários estudos, a conclusão de que o indivíduo pode ser portador de diferentes deficiências ou seja: mental, física, visual, auditiva ou deficiência múltipla.

Os juízos formulados por especialistas quanto a deficiência de que o indivíduo é portador: ortopedicamente deficientes, os defeituosos da fala e os desajustados sociais, emocionais são validados no grau em que os indivíduos assim identificados requerem, de fato, e podem comprovadamente, beneficiar-se da educação e tratamento especiais que lhes são especificamente destinados.

Os estudos referentes ao atendimento dos indivíduos portadores de deficiências iniciou-se na Espanha a Educação para surdos, com o padre Beneditino Ponce de León e em Portugal (século XVIII) com Jacob Rodrigues Pereira. No ano de 1.784, Valentin Haüy fundou a Sociedade dos Cegos Trabalhadores. Pestalozzi, fundou o Instituto Pedagógico (educação concreta). Frederico Froebel (1782/1852) foi o introdutor do jogo na escola. Séguin (1812)/1880) fundou nos Estados Unidos dezenove escolas especiais, para ele os estímulos dos órgãos sensoriais era de capital importância de vida. Maria Montessori criou o Método Montessori que se baseia na educação das sensações táteis e motoras, insistindo sobre a auto-educação e a liberdade de ação. Louis Braille (1809/1852) organizou o sistema gráfico para os cegos que é, até hoje, usado com algumas alterações o "Sistema Braille". Harris de St. Louis (1868) deu informações valiosas sobre os planos de estudo para o ensino aos sub-dotados e superdotados. Decroly introduziu "Centro de Interesse", estudou os métodos para as crianças afási-

cas. Piaget e Rey contribuíram para a Psiquiatria Infantil e Juvenil. Freud, na França, renovou as concepções psiquiátricas. Em Portugal, V. Fontes fundou instituições especializadas atendendo os retardados infantis. Pavlov, na Rússia, baseado nos reflexos condicionados, deu novo rumo à Psiquiatria Infantil.

Além dos cientistas já citados, muitos outros colaboraram para que a Educação do Excepcional passasse de uma fase empírica, sem fundamentos e sem métodos, embora cheia de valores, a uma fase científica, em que se observa uma preocupação com as causas dos problemas, sua síndrome, estudo e análise, diagnóstico e diretrizes educacionais a serem traçadas.

No campo da Educação, como em qualquer outro, é indispensável um cuidadoso planejamento, no qual se apoiará a organização, coordenação, direção, controle e previsão em relação a futuro remoto, de todo trabalho a ser realizado em cada um dos setores.

b) O Excepcional de Hoje

Abordando-se o atendimento a excepcionais por equipe inter-disciplinar é fundamental posicionar-se a respeito de normalidade e diferenças individuais. Cada sociedade tem sua cultura seus valores sociais, suas regras, portanto os indivíduos que afastam-se dos padrões de sua sociedade são consideradas anormais. As pessoas têm sua individualidade, suas diferenças peculiares das normas convencionadas pelo grupo em que vivem, mas no entanto não podem ser classificadas como anormais, tem que ser levado em conta sua individualidade, a influência da família e do meio.

O maior problema está no excepcional em relação à sociedade. É o indivíduo marginalizado e, muitas vezes, deixado de lado como se fosse um ser inexistente, desacreditado. A sociedade omite-se dos serviços especializados para atender as reais necessidades desses indivíduos, sem pensar na tentativa de uma educação ou reabilitação.

A Lei 5.692/71 foi mais precisa. Em seu Artigo 9º prevê: "Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável, quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação"¹

2.2 Definição de Termos

Excepcional: "O termo "excepcional" é aplicado a todo indivíduo situado acima ou abaixo da norma das características de seu grupo padrão em relação a uma ou várias características mentais, físicas ou sociais ou qualquer combinação destas, de forma a criar um problema especial com referências à sua educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social"²
Definição Conceitual

Educação: "É o processo que visa a levar o indivíduo, concomitantemente, a aplicar as suas virtualidades e a encontrar-se com a realidade para nela atuar de maneira consciente, eficiente e responsável, a fim de serem atendidas necessidades e aspirações pessoais e sociais"³
Definição Operacional

Educador: "É quem se dispõe a orientar a aprendizagem de outrem para que alcance objetivos que sejam úteis a sua pessoa ou à sociedade ou mesmo a ambos."⁴
Definição Operacional

1. VASCONCELLOS, J.P. Legislação Fundamental Ensino de 1º e 2º graus, S. Paulo, Lusa, 1972. p. 72
2. ALVIM, C.F. Vocabulário de termos psicológicos e psiquiátricos, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971, p. 85
3. NERICI G.I. Didática Geral Dinâmica, Científica, 1973, 5ª ed. p. 09
4. Idem, Ibidem, p. 40

Educação Especial: Proporciona a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação dos serviços educacionais de modo a atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuados que eles sejam."⁵

Definição Conceitual.

Curriculos: "um sistema de ações planejadas para a aquisição de experiências. O processo de aquisição de experiências deve ser definido como um sistema de execução de um plano. Sua complexidade origina-se nos vários níveis em que é planejado e nos múltiplos elementos que o compõem."

2.3 Aceitação Familiar e a Sociedade Face ao Excepcional

A excepcionalidade não é um fato que reside unicamente num indivíduo, é um acontecimento que ocorre em uma dada família, comunidade e/ou sociedade.

As pessoas que apresentam alguma deficiência e as normais têm, basicamente, a mesma constituição mental geral - a que é típica de sua cultura. Os padrões culturais dominantes da sociedade, a subcultura de que o indivíduo é membro e a comunidade local onde ele reside, exercem seu impacto no indivíduo deficiente. Há famílias que não estão basicamente preparadas para receber uma criança mentalmente retardada, cega, surda, ortopedicamente diminuída ou epilética; o impacto traz a decepção e traumas inesperados. Muitas vezes torna-se o ponto neurológico para um desajuste total familiar. Cada membro da família tem um papel relevante em seu grupo familiar, personalidades interatuantes que se sustenta e altera através dessas interações, obviamente pais desajustados terão filhos difíceis.

5. MACHADO C.T.M. *Ensinando Crianças Excepcionais*, Rio de Janeiro, Olympio, 1969 p. 9.

Sendo a família um subgrupo pertencente a sociedade e havendo nela os mini-grupos: amigos, parentes, todos deverão interagir e mostrar o que a criança excepcional é individualmente, respeitando e amando-a muito. A mãe deverá afastar a idéia de que ela é a verdadeira culpada, desfavorecendo desta forma a tônica emocional do lar, o que iria consequentemente afetar o clima emocional da criança portadora de algum déficit.

Alguns dos mais correntes padrões de reação à chegada de uma criança defeituosa a uma família são: - encarar o problema de um modo realista; negação da realidade da deficiência; lamentações e considerações dos pais com a sua própria sorte; ambivalência em relação à criança ou sua rejeição; projeção da dificuldade como causa da deficiência vergonha e depressão; e padrões de mútua dependência. Tudo contribui para uma reação "isto não pode ser" quando a criança é aparentemente deficiente, porque os pais, em geral, identificam-se com os filhos. Uma perda ou uma vitória de um filho representa um fracasso ou um êxito seu.

As atitudes parentais, ainda que dominantes positivamente, sempre têm algumas tonalidades de ressentimento e rejeição embora o aceite e ame.

A culpa, a vergonha e depressão são componentes que deverão ser vencidos e deixados de lado. A preocupação "do que as outras pessoas pensam e dizem" como uma auto-censura deverão ser superados. Os pais sobrecarregados de culpa estão sempre em perigo de dar a criança mais proteção do que as realidades da situação exigem. Há necessidade de desmitificar a mútua dependência entre os pais e a criança, mais freqüente-

mente a mãe e seu filho deficiente, os conceitos errôneos sobre a excepcionalidade que muitas vezes se perpetuam. O amor, o carinho, a compreensão e a afetividade serão as molas mestras para o convívio e atendimento que, em nome do princípio cristão de solidariedade humana, procuram proporcionar conforto e bem estar aos portadores de deficiência. Os profissionais que interatuam com os pais compartilham da responsabilidade de seu aconselhamento inteligente, porque estes estão ardorosamente em busca de soluções para seus dilemas, procurando orientações e conselhos.

Os especialistas e técnicos no assunto deverão assumir o papel de orientador e promover reuniões, palestras e atendimento individual aos pais e familiares a fim de conscientizá-los da importância de sentimentos e atitudes que deverão assumir perante si mesmos, seus familiares e inseri-los à sociedade em que vivem.

O indivíduo normal poderá ter comportamentos exêntricos e não ser anormal, o anormal poderá ter comportamentos relativamente normais e ser portador de uma deficiência: física ou mental, auditiva ou visual, dependendo do grau de deficiência de que é portador, há um processo mental normal, podendo tornar-se útil à sociedade quando exploradas suas potencialidades. É importante prepará-lo para o exercício de uma profissão que o tornará integrado e auto-realizado como ser participante da sociedade em que vive.

Comentar sobre o atendimento dispensado aos excepcionais, particularmente àqueles que apresentam deficiências, far-se-á necessário traçar um perfil histórico, mostrando a ordem cronológica da concretização das ações sociais em dife-

rentes sociedades, conceitualizações e atitudes sociais não são como fases evolutivas, mas também como dimensões que podem ocorrer, concomitantemente em um mesmo momento, em uma sociedade. Embora se possa constatar que as atitudes sociais em relação às pessoas portadoras de deficiências vêm evoluindo em decorrência de diversos fatores, particularmente o avanço das ciências, da tecnologia e metodologias, ao mesmo tempo se verifica a ocorrência de atitudes distintas num mesmo momento histórico e num mesmo lugar.

As etapas não serão destacadas apenas como um processo evolutivo, mas também como dimensões presentes numa sociedade, as seguintes ações resultantes das atitudes sociais: marginalização, consenso social pessimista, assistência e educação ou reabilitação.

O mistério da pessoa é inacessível. Essa simples observação deveria tornar prudente qualquer educador, sobretudo se ele, entusiasta do princípio, é levado a agir sobre as pessoas da mesma maneira que objetos.

Quando procuramos saber porque uma criança ou um adolescente é difícil e, de maneira especial, quando pesquisamos porque ele se tornou artificialmente assim, somos obrigados a convir que as responsabilidades estão, no mínimo divididas, se é verdade que há sempre alguma coisa a censurar nessas crianças, quando mais não seja a ausência de espaço, a falta de atenção em se vencer, certa deficiência de domínio pessoal, somos forçados, por imperativo da objetividade, a acrescentar logo que não souberam cativá-las, conduzi-las, orientá-las.

Nada é, pois, mais contra-indicado do que ver em qualquer conformação errada de caráter apenas uma consequência sem causa. E nada é menos exato do que julgar sô a criança responsável por essa causa.

Ninguém, mesmo um adulto, vive, age, ama, aspira, projeta, realiza seja o que for, sem sofrer a ação do seu meio; a criança, mais do que qualquer outra pessoa, é maleável influenciável. Daí, não ser compreensível que o seu caráter, pelo menos no que ela tem de adquirido, quando não de inato, não esteja em função, pelo menos em parte, das atitudes que tomaram em relação a ela. Realmente, sem que se possa dizer que a criança é unicamente o que fizeram dela, pois, sendo uma "pessoa", age, como tal, isto é, livremente, pode-se admitir que, para se ter tornado o que é, sofreu influências, que vêm em parte de fora, que lhe são exteriores.

Deve-se reconhecer que a criança e sobretudo o adolescente, normal ou deficiente, não saberiam crescer, evoluir, metamorfosear-se harmoniosamente num meio que carece de harmonia, um meio não é apenas um conjunto de "coisas", mas de "pessoas", é preciso acrescentar imediatamente que são as relações afetivas recíprocas entre as pessoas e a criança que criarão as condições pedagógicas do meio.

Se a intenção é evitar que uma criança ou adolescente deficiente se torne difícil - ou mais difícil do que já é - proporcione-se, a ele, por simples consonância afetiva, um meio onde possa desenvolver-se normalmente, se assim não obtemos resultados, a primeira coisa a fazer, é não se empenhar com ela numa demonstração de força, mas estender efetivamente

o meio em que vive essa criança tensa, tornando-o consoante com ela, é mesmo permitindo crer que se baseia de fato a verdadeira autoridade ou, pelo menos, a ascendência e o prestígio.

Essa consonância nasce de boa convivência de relações afetivas normais e recíprocas entre a sociedade, a família, educadores e a criança, sendo fundamental a simpatia e a amorosidade.

e místicas. As concepções atuais são quantitativas e concebem as diferenças entre o normal e o deficiente como uma questão de grau apenas, portanto, o termo será aplicado aos indivíduos que se desviam acentuadamente para cima ou para baixo da norma de seu grupo em relação a uma ou várias características.

ANTIPOFF., H. relaciona algumas características:

"o termo excepcional é interpretado de maneira a incluir os seguintes tipos: os mentalmente deficientes, todas as pessoas fisicamente prejudicadas, as emocionalmente desajustadas, bem como as superdotadas, enfim, todos os que requerem considerações especiais, na escola e na sociedade"⁶

3.2 Classificação

Na Indicação 002/78⁷ do Conselho Estadual de Educação do Paraná, cujo conteúdo disciplina o desenvolvimento das atividades destinadas ao atendimento do excepcional, encontra-se a seguinte classificação:

- a) - alunos deficientes mentais
 - educáveis
 - treináveis
 - dependentes
- b) - alunos portadores de deficiência de audição
 - surdos (surdez grave)
 - parcialmente surdos (hipoacústicos)
- c) - alunos portadores de distúrbios da linguagem
- d) - alunos portadores de deficiência visual
 - cegos
 - parcialmente cegos (amblíopes)

6. ANTIDOFF., H. In: DOCUMENTA (163):48, 1974

7. PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Indicação 002/78, 1978. p. 4-8

- e) - alunos portadores de deficiência física não sensorial
- f) - alunos portadores de problemas de conduta
- g) - alunos portadores de deficiências múltiplas
- h) - alunos superdotados
- i) - alunos portadores de distúrbios da aprendizagem

Dentre as várias classificações, de diferentes autores, a pesquisadora preferiu a acima citada por estar mais coesa a realidade e a meta educacional proposta neste trabalho para suprir necessidades quanto a educação do excepcional.

3.3 Caracterização

Considerando-se cada indivíduo um ser único, não há possibilidade de se listarem todas as categorias de excepcionalidade. Serão apontadas aquelas comuns a cada grupo, levando em consideração os diversos estudiosos no assunto.

A. Deficientes Mentais

As expressões deficiência mental, retardado mental ou oligofrenia não significam uma doença, mas uma condição, referindo-se a todos os graus de desenvolvimento mental suficientemente graves para produzirem qualquer tipo de comportamento desajustado.

As causas da deficiência mental podem residir nos defeitos do plasma germinativo (inatos), como no caso do mongolismo, e em fatores adquiridos, como doenças infecciosas no organismo materno (rubéola, tifo, sarampo, taxoplasmose) traumatismo físico e intoxicações por barbitúricos, infecções na

criança (meningite e encefalêia) e outras. Portanto há necessidade de cuidados pré, peri e pós-natais.

As deficiências agudas de caráter orgânico e problemas emocionais ou afetivos podem ser causas transitórias de impedimento do desenvolvimento intelectual ou de manifestação do mesmo. Removida essas causas, o indivíduo poderá render de acordo com sua capacidade.

A classificação e terminologia referente aos vários graus de retardo mental para os fins educacionais, entre os autores, não há muito acordo. JOHNSON⁸ e JOHNSON⁹ classificam o retardamento em:

1. Educáveis - quando submetidos a testes individuais de inteligência têm escores de Q.I. aproximadamente entre 50-55 a 75-79, com um prognóstico de que virão a ter dificuldades de aprendizagem num currículo escolar comum.

2. Treinável - São definidos como tendo Q.I. de 30-35 a 40-49, não é provável que consiga adquirir habilidades de leitura, escrita e cálculo, correspondentes ao nível de alfabetização.

Vários estudiosos têm apontado este grupo, com capacidade suficiente para desenvolver habilidades de cuidado pessoal para vestir-se, arrumar-se e comer, aprender a falar e manter conversas simples e resguardar-se contra os perigos comuns em ambientes protegidos.

8. KIRK, S.A. Educating exceptional children. Boston, Houghton Mifflin Co., 1972 p. 164.

9. CRULCKSHA, WM & JOHNSON, O.G. A Educação da criança e do jovem excepcional. Porto Alegre, Globo, 1975, p. 207, v.1.

3. Dependentes - Apresentam escores de Q.I. entre 25-29, e via de regra uma série de comprometimentos com que apenas serviços educacionais sejam insuficientes para seu atendimento no sentido mais amplo da educação, este grupo deve ser considerado portador de deficiência mental profunda.

4. Aprendizagem lenta - Esta classificação foi colocada, após as demais, porque seu Q.I. é cerca de 80 a 90, nem sempre os problemas de ordem intelectual são responsáveis pela falta de aprendizagem. Outros fatores, como saúde deficiente, irregularidades glandulares, má nutrição, meio social sem recursos, excesso de responsabilidades fora da escola e outros fatores exteriores podem interferir na aprendizagem. Esta criança é a que compartilha, com os bem dotados, e é a criança de quem mais se descuida o educador em nossas escolas.

B) Deficiência da Audição

No Brasil, a sugestão da Proposta Curricular para deficientes auditivos do CENESP (Centro Nacional de Educação Especial, 1979¹⁰), segue a classificação de Davis (1965), que se baseia no grau de falha sensorial:

- falha leve (...). Apresentam dificuldades apenas frente a fala de franca intensidade;

- falha moderada (...). Apresentam, freqüentemente dificuldade frente a fala de intensidade normal;

- falha acentuada (...). Apresentam, freqüentemente dificuldade frente a fala de forte intensidade;

10. Ministério de Educação, Centro Nacional de Educação Especial, Brasil. Proposta Curricular para deficientes auditivos. p. 10.

- falha severa (...). Podem compreender, apenas, fala gritada ou amplificada eletronicamente;

- falha extrema (...). Usualmente não conseguem compreender mesmo fala amplificada.

Nesta Proposta Curricular, não encontra-se o uso dos termos hipoacústico e surdo, estes termos tornaram-se obsoletos e desnecessários, após os aperfeiçoamentos eletrônicos, das técnicas e da utilização dos resíduos auditivos, entre outros fatores.

O educador precisa estar sempre atento, as perdas severas ou extremas são facilmente reconhecidas, mas as menos severas são mais difíceis de identificar, portanto se faz necesário observar alguns sintomas: a criança que ignora, confunde ou não obedece ordens; a criança sonhadora, a criança que é educacionalmente retardada, a criança com leves defeitos de fala, a criança que é preguiçosa, a criança que parece "imperativa", "obtusa", a criança que está sempre perguntando — "por que?"

É importante esta observação para que o educador possa realizar progresso escolar em classe de ensino comum. Qualquer suspeita de algum problema, deverá encaminhar a criança, por intermédio da família, ao médico otorrinolaringologista, este determinará o grau de perda de audição, o educador de posse do diagnóstico poderá atender ou encaminhar para atendimento de acordo com a perda diagnosticada: escola comum ou Classe Especial, Escola Especial ou Centro de Reabilitação.

C) Distúrbios da Linguagem

A linguagem está diretamente relacionada à elaboração e simbolização do pensamento humano. É um sistema de sinais para exprimir sentimentos e servir de comunicação entre os homens, e para que haja linguagem é necessário que estejam íntegros os seguintes elementos:

- sensorial - órgão da audição
- motor - órgãos da articulação e fonação
- coordenação entre os dois primeiros

É fundamental e depende do cérebro, do nível mental e do ambiente interferindo nas emoções do indivíduo.

O educador deve conhecer a cronologia da evolução verbal para localizar em que fase estão seus alunos e poder elaborar um planejamento que os atenda dentro de seus próprios recursos, encaminhando a técnicos especializados os que precisam de atendimento individual.

Neste trabalho apenas serão citadas as fases da evolução verbal que o professor deve conhecer profundamente a cada uma.

- balbúcio - mais ou menos aos três meses,
- linguagem gesticulatória - seis meses,
- vocalização - nove meses,
- palavra-frase - doze meses,
- linguagem telegráfica - um ano e meio,
- linguagem designativa - dois anos,
- linguagem oracional - três anos,
- linguagem melonática - quatro anos,
- linguagem ergástica - sete anos,

- linguagem acmática - quatorze anos,

Várias são as classificações referentes aos problemas da voz, da palavra e da linguagem.

Aqui, os problemas serão apenas citados, os interessados no assunto farão um estudo profundo sobre os mesmos: características, causa e atendimento, bem como outros problemas que provavelmente surgirão durante o estudo.

- Atraso de Linguagem.
- Ausência de Linguagem.
- Distúrbio de Articulação.
- Distúrbio de Fonação.
- Distúrbio do ritmo.
- Afasias.
- Dislogias.
- Dislexias.

Avaliação

A criança com distúrbio de linguagem deverá ser avaliada sob vários aspectos: neurológico, psicológico, otorrinolaringológico, ortodôntico, foniátrico e psicomotor.

D) Deficiência da Visão.

- portadores de cegueira: aqueles que necessitam o uso do Braille como meio de leitura;
- visão subnormal: lêem material impresso em tipos ampliados limitadas de impressão normal em condições especiais.

A cegueira é detectada muito cedo, as deficiências menos severas são mais difíceis de se detectar. Assim, é comum

defeitos de visão fiquem despercebidos até a idade escolar.

CRUICKSHANK¹¹ e KIRK¹² referem-se a possíveis indicadores de visão:

1. Como são seus olhos:

- estrabismo;
- tem as pálpebras orladas de vermelho;
- inchados ou encrostados, com terçõis frequentes, etc.

2. Como a criança usa seus olhos:

- inclinando a cabeça, segurando objetos muito perto dos olhos;
- esfrega-os constantemente, franze a testa, vira os olhos, olha "vesgo", pestaneja muito;
- fecha um dos olhos ou cobre-os com a mão.

3. Como a criança se comporta:

- chora ou fica irritada quando executa trabalhos que exigem atenção;
- tropeça ou se debate com objetos pequenos;
- desajeitada em jogos que requeiram coordenação olho e mão;
- queixa-se de não poder enxergar bem, de sentir tonturas, dor de cabeça, náuseas, depois de um trabalho visual exigente;
- queixa-se de ter a visão turva ou de ver "dobrados";

11. CRUICKSHANK & JOHNSON p. 6

12. KIRK. p. 295.

- evita tarefas que requerem visão para perto ou tem afinidades por tarefas que requeiram visão de longe;
- desatenção e pouco interesse em olhar objetos, figuras ou ler.

As observações acima citadas podem alertar sobre uma dificuldade de visão e a criança será encaminhada a um especialista.

Os objetivos da educação para os deficientes da visão são os mesmos para os não deficientes; há modificações apenas nos materiais e procedimentos educacionais.

E) Deficiência Física Não Sensorial

São considerados deficientes físicos os alunos portadores de alterações musculares, ortopédicas, articulares e neurológicas, necessitando de métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para sua educação.

Neste grupo, também, estão incluídos os deficientes físicos de causa neurológica central ou periférica, de natureza não-progressiva, associada ou não à deficiência mental.

O indivíduo com deficiências ortopédicas é o que tem todas as variedades e graus de dificuldade no movimento físico (locomotoção, coordenação e fala). A diminuição física pode ser consequência de acidentes ou doenças ou anomalias congênitas. As crianças com paralisia cerebral são comumente incluídas entre os portadores de dificuldades ortopédicas.

F) Deficiência de Conduta

São aqueles que apresentam sérios problemas de comportamento. Neste grupo estão geralmente incluídos os alunos com distúrbios emocionais e os que apresentam distúrbios sociais.

Alunos com distúrbios emocionais são aqueles cujas reações às situações de vida são, pessoalmente, tão insatisfatórias e inapropriadas, que não podem ser aceitos pelos companheiros e adultos, prejudicando aos demais alunos e pressão indevida ao professor. Seu atendimento inclui a participação de uma equipe de especialistas em saúde mental.

Os alunos com desajustes sociais se recusam a aceitar os padrões mínimos de conduta requeridos nas escolas e classes comuns.

Essa categoria extremamente heterogênia de excepcionalidade refere-se a indivíduos que são semelhantes no fato de não terem capacidades físicas normais. Algumas características gerais podem ser consideradas, a partir dos dados de pesquisas e das observações clínicas embora as generalizações sejam difíceis nessas bases.

G) Deficiências Múltiplas

Pertencem a esta categoria os indivíduos que apresentam deficiência em áreas diferentes, necessitando de métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para sua educação.

Os desvios podem ser: visual e/ou auditivo, físico e superdotados e outros.

Para esta categoria de deficiência há necessidade de um estudo profundo sobre o assunto.

H) Superdotados

O atendimento ao superdotado deve visar o desenvolvimento social, psicológico, intelectual e de realização. Necessita de atendimento educacional adequado.

Strang (1951) demonstrou ser infundada a expectativa de que os indivíduos mais capazes possam se auto-ajudar.

O grupo de superdotados, de acordo com a definição proposta pelo Centro Nacional de Educação Especial - CENESP.¹³, inclui superdotados e talentosos, sendo assim consideradas as crianças que apresentam notável desempenho e/ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados:

- capacidade intelectual;
- aptidão acadêmica específica;
- pensamento criador ou produtivo;
- capacidade de liderança;
- talento especial para artes visuais, artes dramáticas e música;
- capacidade psicomotora.

I) Indivíduos Portadores de Distúrbios da Aprendizagem

São os que têm problemas de processamento mental, is

13. Brasil, Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Básicas para a Ação do Centro Nacional de Educação Especial, Rio de Janeiro, CENESP 1974, pg. 21, 22.

to é, as dificuldades se referem aos processos pelas quais ele, recebe, associa e expressa a linguagem escrita ou falada.

Estão relacionadas com os canais auditivos e visuais, mas não são problemas de acuidade auditiva ou visual, o que existe é uma incapacidade de processamento de informações de maneira adequada, precisa e consistente, apesar do indivíduo ter boa acuidade visual ou auditiva e não ter deficiência mental.

Estes distúrbios manifestam-se por uma capacidade im^{perfeita} para fixar atenção, raciocinar, falar, ler, escrever, soletrar ou realizar cálculos matemáticos.

Faz-se necessário compreender que o termo não inclui indivíduos com problemas de aprendizagem decorrentes primariamente de deficiências visuais, auditivas ou motoras, de retardo mental, de distúrbios emocionais ou de condições ambientais desfavorecidas.

Os pesquisadores, no assunto, provavelmente desenvolverão um programa adequado à sua melhoria elaborando: 1) diagnóstico, 2) análise dos comportamentos, 3) descoberta dos fatores relacionados ao problema, 4) estabelecer interferências, 5) organizar o programa com base nas interferências.

O ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL

4.1 A Educação Especial

Para MACHADO C.T.M:

"É o ramo da Pedagogia que estuda e reúne os métodos e processos adequados aos indivíduos que não podem se beneficiar apenas do ensino comum, pois necessitam de orientação e de recursos especiais para atingirem o rendimento máximo de suas potencialidades"¹⁴

O objetivo geral da Educação Especial é dar assistência às crianças excepcionais, preparando-as para a vida, integrando-as, tanto quanto possível, na comunidade, a fim de que se tornem indivíduos úteis e felizes.

Segundo PROCOTTE, A.

A Educação Especial é a que se ocupa especialmente da criança excepcional complementando e/ou suplementando o programa da escola regular. Destina-se às duas categorias gerais de excepcionais "deficientes e superdotados e, não difere da educação comum prevista para os educandos do grupo padrão, quer nos aspectos filosóficos quer nos seus objetivos fundamentais"¹⁵

14. MACHADO, M.S. J.M. Fundamentos de Educação Especial, São Paulo, Pioneira, 1982. p. 133

15. PROCOTTE, A. O Excepcional, Paraná, Ghignone, 1983. p. 33

O indivíduo portador de alguma deficiência, muitas vezes, tem dificuldade de aprendizagem nas classes comuns, daí a necessidade do seu atendimento com métodos e medidas especiais, integrando-o na medida do possível às classes comuns.

A Educação Especial para desenvolver seus propósitos, a educação do indivíduo excepcional, deverá contar com vários tipos de serviços, cada um com sua finalidade, mas todos interagindo em ações conjuntas para atingir os objetivos nos aspectos filosóficos e cognitivos.

4.2 Sugestão: Tipos de Atendimento ao Excepcional

1. Centro de Diagnóstico e Classificação.

Estudará a criança sob todos os aspectos, encaminha ao Departamento de Educação Especial e este posteriormente à seção correspondente para que seja efetuado o devido atendimento. Cabe ainda, ao Centro encaminhar o indivíduo a médicos, especialistas e técnicos para tratamento e outros exames quando se fizerem necessários.

2. Departamento de Educação Especial:

Concatenando-se com o Centro de Estudos deverá planejar mesas-redondas, palestras, seminários e centro de estudo, além de manter constante intercâmbio com entidades especializadas, a fim de levar à equipe das Escolas Especiais todos os assuntos mais atuais em relação ao excepcional e sua assistência.

3. Centro de Estudo: Deverá organizar a biblioteca contendo material bibliográfico nacional e estrangeiro, sobre assuntos concernentes à Educação Especial. Promover palestras

com especialistas ou estudiosos das diferentes deficiências, atualizando desta forma o Departamento de Educação Especial para que o mesmo possa dar atendimento às diferentes seções de deficiências. Definir programas e atividades em conjunto com o Departamento para que este possa dar atendimento às escolas nas áreas específicas de deficiências e às Classes Especiais em Escola comum.

4. Escolas Especializadas: Compete a estas dar assistência educativa especial aos deficientes da audição, visuais e mentais matriculados nas escolas comuns em horário contrário, aos deficientes físicos em escolas ou nos domicílios.

Cada escola deverá ter um supervisor, elemento especializado, incumbido de planejar, orientar, supervisionar e avaliar o trabalho que será desenvolvido com o excepcional que assiste de acordo com as diretrizes traçadas pelo Departamento de Educação Especial.

As Escolas Especializadas deverão encaminhar às classes de ensino comum o aluno que, após trabalhado, apresente condições para prosseguir seus estudos nestas classes, mesmo que seja necessário um atendimento em outro horário. O professor de deficientes auditivos, visuais, mentais e físicos das classes especiais ou classes comuns, deverão estar em contato com a família, orientando-a quanto ao atendimento destes em casa, fazendo a inter-relação, aluno X escola X família X comunidade.

Cabe às escolas informar o Departamento da possibilidade de encaminhar o deficiente ao Centro de Profissionalização.

5. Centro de Profissionalização: Este fará sondagem das tendências e trabalhará o indivíduo para uma profissão. Neste setor deverá haver um elemento qualificado, interligado com as empresas ou instituições para fazer um levantamento das atividades que poderão ser desenvolvidas pelos deficientes, isto porque o grande problema é, embora capacitado, o mesmo sair a procura de trabalho. Os programas de treinamento ocupacional e vocacional serão desperdiçados se os empregadores não derem ao deficiente uma oportunidade de demonstrar a sua potencialidade e competência.

A Educação Especial deverá envolver trabalho integrado de técnicos especializados tanto em atividades de diagnóstico e tratamento como o estabelecimento de planos educacionais, tendo por meta integrar o indivíduo deficiente à sociedade como um ser íntegro, respeitando suas limitações mas considerando-o no seu todo, "ser existente" pertencente ao Universo.

CAPÍTULO V

SÍNTESE DO ASPECTO LEGAL

5.1 A Educação do Excepcional

O aspecto legal da educação para todos surgiu em 1.921, com a "Declaração dos Direitos da Criança" (Suíça). Em 1948, foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Nações Unidas). A recomendação 99 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 1955, aplica esses direitos e estende-os aos deficientes físicos e mentais dando-lhes as oportunidades de restauração e de habilitação profissional para o trabalho. A educação aos excepcionais está regida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada pelas Nações Unidas, em 1948, que enfatiza, para todas as pessoas de todas as nações, os mesmos direitos e deveres.

Recentemente os legisladores brasileiros voltaram a atenção para a educação do excepcional. Em 1961, com a Lei nº 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Artigo 88, do Título "Da Educação de Excepcionais", foi estabelecido o seguinte:

"A Educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-lo na comunidade"¹⁶

Na Constituição, em 1.969, no artigo 175, o termo excepcional aparece pela primeira vez:

"Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais"¹⁷

Em 1969, surgiu Decreto Lei 1.044 que dispõe sobre tratamento excepcional para indivíduos portadores de deficiências que indica e foi mantido pelo artigo 67 da Lei 5.692/71. O artigo 9º da mesma refere-se ao Tratamento Especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação, que pronunciou-se com vistas a operacionalização do referido artigo mediante o Parecer nº 848/72 de 10/08/72, aprovado em 06/06/74.

Em 1972/1974, o poder executivo incluiu o Projeto Prioritário nº 35, cujo objetivo geral foi a promoção em todo Território Nacional da expansão e melhoramento do atendimento ao excepcional. Em 1973, criou-se o CENESP - Centro Nacional de Educação Especial, visando sua participação progressiva na comunidade.

Quanto ao aspecto legal, a legislação oferece, em relação aos currículos um núcleo comum em âmbito nacional, 1º e 2º graus e flexibilidade na parte diversificada, que permite atender as diferenças: 1. regionais; 2. do estabelecimento; 3. do aluno - Lei 5.692/71, Artigo 4º.

O Parecer 149/72. C.F.E. - Conselho Federal de Educação, possibilita a escolha de outras opções quando necessário

17. BARRETO, Carlos E. *Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1971 p. 851, v. II

Na Deliberação 022/79, artigo 3º do C.E.E. define que tais opções terão caráter experimental.

A Educação Especial está regida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, e, faz-se, necessário que, de imediato, as próprias Instituições Educacionais que ofertam a Habilitação do Curso de Magistério se atualizem no assunto.

5.2 Diagnóstico da Realidade

A experiência do pesquisador, atuando como Supervisor Pedagógico na Rede Estadual de Ensino, quinze anos, acompanhando o desempenho do professor de 1ª a 4ª série, atuando na mesma função, em Colégio da Rede Particular, seis anos, na Habilitação do Curso de Magistério, a Nível de 2º Grau, foi possível detectar uma estigmatização de deficiência no período da formação do profissional que atua ou atuará na Educação nas primeiras séries do Curso do 1º Grau.

Analizando vários currículos da Habilitação do Curso de Magistério, a Nível de 2º Grau, em Curitiba, constata-se a inexistência de conhecimento sistematizado - ou seja, disciplina acadêmica sobre o deficiente, sem atendimento e sem encaminhamento.

O assunto é focado num sentido abrangente em algumas disciplinas: o "desviante" é aquele que não está integrado, não está adaptado, que não se apresenta física e/ou intelectualmente normal, portanto, encontra-se à parte das regras e das normas estabelecidas pela sociedade, pela educação e pela legislação. A interferência sobre o assunto é tratada por professores de várias disciplinas, sem que os mesmos se-

jam especializados para isto, gerando, desta forma, conceitualizações acéfalas, sem atingir o objetivo da idéia glogal desejada, cada docente define o critério quanto a inclusão e a extensão desta abordagem, na sua disciplina, de acordo com seu conhecimento sobre o assunto.

Com base na revisão da literatura, elaborou-se um referencial teórico para a coleta de dados necessários à melhor qualificação do professor. Este referencial foi operacionado em dois questionários: um deles foi aplicado à professores que atuam de 1ª a 4ª série, o outro, à alunas da 3ª série do Curso de Magistério em Curitiba, no ano de 1.986.

O instrumento foi aplicado a doze (12) professores da Rede Municipal e oitenta (80) alunas formandas de Colégios da Rede Particular, obtendo-se resultado significativo para este trabalho (ver quadro nº 1.1, 1.2 e gráficos nº 1 e 1.2.

QUADRO 1 : ESCORE DO CONHECIMENTO E INTERESSE SOBRE OS DEFICIENTES
E SUA EDUCAÇÃO

Conceito sobre o excepcional	Conhecimen- to das deficiências		Preparo p/ trabalhar com defi- cientes		Falta de Informa- ções		Intensão de atuar na área		Defic. pode estudar em classe comum		O defic. pode con- viver com a sociedade		Conhecim. de Inst. de atendi- mento		Em classe comum surgem casos de defic.	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
11	1	07	05	10	02	10	02	12	0						7	3
80	–	20	60	0	80	0	80	30	50	20	60	35	45	13	67	
92	–	27	65	02	90	90	02	42	50	20	60	35	45	133	7	3
																Prof.
																Aluna
																Total

FONTE: PROFESSORAS DA CIDADE DE CURITIBA
ALUNAS DA TERCEIRA SÉRIA DO CURSO DE MAGISTÉRIO DA CIDADE DE CURITIBA – 1986

QUADRO 1.1. ESCORE DO CONHECIMENTO E INTERESSE SOBRE OS DEFICIENTES E SUA EDUCAÇÃO

1ª		2ª		3ª		4ª		5ª		6ª		Pergun- tas
Conceito sobre o Excepcional		Conhecimento das Deficiências		Preparo para trabalhar com o deficiente		Falta de informação, métodos e técnicas		Intensão de atuar na área		Em escolas de ensino comum poderá haver pro-blemas de defici.		Respostas
Errado	Certo	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
11	1	7	5	02	10	10	02	12	0	07	05	

FONTE: PROFESSORAS DA CIDADE DE CURITIBA
ESCOLAS MUNICIPAIS – 1986

QUADRO 1.2. ESCORE DO CONHECIMENTO E INTERESSE SOBRE OS DEFICIENTES E SUA EDUCAÇÃO

1ª		2ª		3ª		4ª		5ª		6ª		7ª		8ª		Perguntas
		Conheci- mento das deficiências		Preparo pa- ra trabalhar com deficientes		Falta de informação métodos e técnicas		Intensão de atuar na área		Deficiente pode fre- qüentar classe comum		Deficiente pode convi- ver com a sociedade		Conhecimen- to de Insti- tuição de atendimento ao excepç.		
Errado	Certo	Sim	Não	Sim	Não	Sim	não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Respostas
80	0	20	60	0	80	80	0	30	50	20	60	35	45	13	67	

FONTE: ALUNAS DA TERCEIRA SÉRIE DO CURSO DE MAGISTÉRIO DA CIDADE DE CURITIBA – 1986

Os resultados das análises apoiam a existência da referida Sugestão de Programação. Somente a partir de um diagnóstico "não rotulado", mas científico, é que se pode avaliar a qualificação do ensino. Muito se tem feito a respeito do reconhecimento e encaminhamento do excepcional, mas muito deixa a desejar e fazer.

Antepondo-se a proposta é importante estabelecer conceito de Currículo que terá ingerência no planejamento educacional.

5.3. Currículo: Características, objetivos e determinantes

Um currículo é um documento com princípios norteadores do planejamento instrucional. É a participação ativa em toda e qualquer atividade desenvolvida na Escola. É vivenciar os fatos.

As características de um currículo são: organicidade, dinâmico funcional, conjunto equilibrado de fins, continuidade de experiências, flexibilidade e exegibilidade.

O currículo apresenta seus objetivos definidos pelas determinantes: cultura, campo do conhecimento humano e ideais democráticos. A determinante cultural está intrínseca na sociedade abordada no planejamento, no diagnóstico inicial, onde o educando deverá ser citado como uma tomada de consciência, dentro de uma sociedade homogeneamente aberta.

O educador, no plano curricular, deverá ser analisado através das diversas qualificações onde se abordam o Perfil Humano, o Perfil Profissional, e as Técnicas que devem

nortear o educando.

Determinantes para um currículo:

- o conhecimento.
- o desenvolvimento.
- a aprendizagem.
- o educando.

As experiências de um Currículo, correlacionam-se com as dimensões de conteúdos afetadas por recursos da escola, papel de outros organismos educativos, experiências passadas - adquiridas e/ou herdadas.

As determinantes para seleção dos conteúdos de um currículo são: exigência de continuidade e integração da aprendizagem.

A continuidade e integração norteam a organização das matérias, onde os métodos da aprendizagem aparecem de maneira subtendida através de objetivos

CAPÍTULO VI

SUPORTE TEÓRICO A UMA SUGESTÃO DE DISCIPLINA ESPECÍFICA PARA O CURSO DE MAGISTÉRIO

6.1. Justificativa

A presente proposta disciplinar, subsidia-se numa de fazagem do ensino e ampara-se no aspecto legal, podendo ser considerada de grande relevância; porque se o professor de 1ª a 4ª série tiver uma informação e formação correta sobre o de ficiente e a Educação Especial, auxiliará no encaminhamento do aluno às diversas instituições especializadas, como também indicará os tipos de ajuda de que poderá dispor. É preciso sa ber que nem todas as pessoas deficientes necessitam de educação especial, a simples existência de uma deficiência leve não faz de seu portador um candidato em potencial para a Educação Especial. O tipo e o grau da deficiência seus efeitos e funda mentalmente o nível de nossos cursos regulares influirão, sem dúvida, no direcionamento que o aluno deficiente deve tomar.

O preparo para trabalhar com deficientes e a falta de informação sobre o assunto, como pode se observar é nulo nas futuras professoras. A irrizória amostragem face ao grande número de docentes atuantes e futuros, é de alto risco à Educação.

Hã inúmeras bibliografias sobre: mudança de comportamento da família e da sociedade quanto a aceitação do deficiente e sua educação, e os educadores, que é de responsabilidade das Instituições Educacionais preparã-los com bons conteúdos, métodos e técnicas para detectar problemas de aprendizagem e recuperação, incluindo o indivíduo que apresente deficiência física, sensorial ou mental, os que se encontrem em atraso considerãvel à idade regular e ao currículo, e os superdotados que deverão receber tratamento especial de acordo com as normas fixadas pelo competente Conselho Estadual de Educação - C.E.E., como estão sendo orientados?

O alto índice de repetência e evasão nas escolas públicas continuam. As crianças normais ou deficientes oriundas de patologias anatômicas ou neurofisiológico sensorial, (comprovadas clinicamente) não são portadores de déficit cognitivos ou distúrbios na sua racionalidade humana, mesmo sendo de origem sócio-cultural pobre, por que então, grande número de crianças são marginalizadas e sofrem da síndrome da dificuldade de aprendizagem na escola? A dificuldade só ocorre na escola. Será que não é a escola que está sofrendo de um mal que poderã ser reparado?

A expressão "síndrome" é mais uma forma camuflada de se atribuir déficits cognitivos às crianças que não aprendem, não se sabe o porquê. Essa expressão deverã ser abolida.

Dificuldades de aprendizagem todas as pessoas têm e por muitas razões e causas. Essas dificuldades aparecem em função do que se tem para fazer e como fazer, mas o importante é procurar o caminho certo para vencer as dificuldades. Daí uma sugestão de uma nova disciplina para que se formem profis

sionais competentes, para que não perpetuem as falsas ideologias educacionais.

6.2. Dos Fins da Disciplina

A disciplina terá por finalidade oportunizar condições reais aos futuros profissionais a fim de ajustá-los a profissão escolhida.

6.3. Temas a Estudar

- Conceito de deficiência.
- Classificação de deficiências.
- Graus e causas.
- Educação Especial.
- Aspecto legal.
- Integração do excepcional.
- Diferenças individuais.
- A escola, família e comunidade.

6.4. Objetivos Gerais da Disciplina:

1. Propiciar ao educador aperfeiçoamento de conhecimento amplo no campo que irá atuar.

2. Conscientizar a importância do professor como elemento responsável pelos alicerces culturais e emocionais do educando.

3. Despertar, no educador, o gosto e o interesse pelo processo ensino-aprendizagem atuando com responsabilidade e eficiência.

6.5. Objetivos Específicos da Disciplina:

1. Conceituar o deficiente com a terminologia específica.
2. Classificar as diferentes categorias de excepcionalidade.
3. Caracterizar os graus das diferentes deficiências
4. Demonstrar as causas da excepcionalidade.
5. Analisar os objetivos relativos à Educação Especial.
6. Conhecer os diferentes tipos de atendimento oferecidos ao excepcional e sua profissionalização.
7. Relacionar elementos comuns entre o ensino especial e o ensino regular.
8. Visitar órgãos de atendimento ao excepcional.
9. Levantar e estimular o resultado das visitas aos programas de Educação Especial para seu desempenho futuro, como educador.
10. Conhecer o aspecto legal do atendimento ao excepcional.
11. Determinar o comportamento do educador na integração do educando, escola, família, comunidade.
12. Conhecer os aspectos das diferenças individuais em classe de ensino regular.
13. Diferenciar a excepcionalidade e a dificuldade de aprendizagem.
14. Traçar linhas de ação para alertar a família e a comunidade para aceitação do excepcional.

15. Sistematizar, por escrito, as informações recebidas, obedecidos os critérios de logicidade, adequação e consistência.

16. Identificar as interferências que prejudicam a aprendizagem.

6.6. Sugestões de Atividades

- Exposição dialogada.
- Pesquisa bibliográfica.
- Estudo e discussão de textos.
- Visitas às Instituições Especializadas.
- Visitas às Escolas Regulares com Classes Especiais
- Relatórios das visitas.
- Entrevistas com especialistas em Educação Especial
- Visita de Especialistas na escola.

6.7. Avaliação

A avaliação é vista, segundo TABA (1974 p.414), como um processo contínuo, sistemático, coerente e abrangente. Avalia-se antes, durante e no final do processo, visando tomadas de decisão que levam a um melhoramento do currículo ou replanejamento em benefício do educando/sociedade e cultura.

A avaliação abrangerá as seguintes modalidades: diagnóstica, formativa e somativa, ou seja:

1. Participação ativa nas atividades programadas.
2. Trabalhos apresentados individualmente ou/e em grupos com pensamento lógico, sequência, objetividade, precisão e clareza.

3. Observação do equilíbrio emocional face ao assunto estudado: estudo de um problema, seleção de idéias, segurança, iniciativa.
4. Demonstração do domínio cognitivo através de testes orais e escritos.

6.8. Cronograma e Recurso Humano

A referida disciplina será inserida na parte de Formação Especial, na terceira série, com trinta e quatro créditos anuais. Poderá ser ministrada por professores com qualquer Licenciatura, desde que tenha feito especialização a nível de 2º grau em estudos adicionais, com a duração mínima de 990 horas, de acordo com as normas do Conselho Estadual de Educação ou Curso de Pós-Graduação na Área de Educação Especial com a duração mínima de 360 horas.

6.9. Nomenclatura

A referida disciplina poderá ser chamada de Princípios de Educação Especial.

6.10. Posicionamento Final sobre a Proposta Apresentada

A presente proposta tem por objetivo dar noções ao docente quanto as diferenças individuais, dificuldades na aprendizagem, identificação de deficiências, avaliação do portador de deficiência para encaminhá-lo ao atendimento adequado.

O Conselho Estadual de Educação conforme proposta da Secretaria do Estado da Educação - SEED - delibera sobre a inclusão de novas disciplinas para uma mudança curricular no

Curso de Magistério, a fim de melhorar o ensino, evitando repetências e defazagem, nas séries iniciais, por falta de profissionais qualificados. É oportuno se repensar e dar uma nova dimensão sistemática ao assunto e à Educação Especial.

Faz-se necessário esclarecer que a Sugestão de Disciplina com estudo específico ao deficiente e a Educação Especial não pretende formar especialistas, mas suscitar reflexões e discussões, bem como, definir conceitos corretos e conhecimentos adequados ao atendimento dessa clientela, que até hoje ainda é segregada do contexto social.

Houve um significativo aumento da conscientização e compreensão da sociedade a respeito do incapacitado, mas há ainda muito a fazer e poucas organizações para fazê-lo.

Se poucas Instituições de Ensino, entre as muitas, preocuparem-se com o assunto e apresentarem nova proposta curricular, já é um degrau a mais para atingir sucesso no processo educacional.

Pensar em uma sociedade melhor para as pessoas deficientes é necessariamente, também, pensar em uma sociedade melhor para nós.

CAPÍTULO VII

CONCLUSÕES

Este trabalho demonstrou um estudo feito sobre as considerações e concepções pré-científicas e científicas sobre o excepcional, a mudança de rótulos que não evitou que se defronte, ainda hoje, com certas e feias realidades. Focalizou a validade da Educação Especial e a atuação dos professores em uma nova dimensão educacional, aceitando os portadores de deficiências como seres humanos integrados à família, à sociedade inter-agindo em todos os níveis: cultural, social e acima de tudo indivíduo participativo, colocando em evidência os valores e atitudes do seu potencial.

Independentemente do grau da deficiência e da escolaridade, tal indivíduo "existe" e como qualquer ser humano, tem o direito de aprender a descobrir seu caminho no labirinto da vida, realizado em suas aspirações e reconhecido, pela sociedade, como um "ser" útil.

O assunto abordado foi de grande valia para o pesquisador, e foram levantados dados teóricos sobre a conceituação, encaminhamento e/ou atendimento dos indivíduos portadores de deficiências: mentais - subdotados e superdotados - auditivos, visuais, ortopédicos e os portadores de problema de aprendizagem.

gem, caracterizando a educação especial, esclarecem aspectos ainda interpretados equivocadamente pelo docente atuante ou o que irá ingressar na carreira de educador.

A legislação educacional, oferece base legal para re dimensionar o ensino x aprendizagem, em relação aos currículos, a flexibilidade da Lei 5.692/71 dispõe que os mesmos deverão atender as diferenças regionais, da escola e do aluno.

Há razão de sugerir novo dimensionamento para os currículos da Habilitação do Curso de Magistério, a nível de 2º Grau, incluindo disciplina direcionada, para atualizar o docente face ao excepcional, prestar informações e esclarecimentos sobre aspectos que ocorrem nas classes comuns do ensino de 1º Grau e na maneira de abordá-lo.

A própria escola está desatualizada e desinformada da necessidade, do objetivo e da finalidade da inclusão de tal disciplina no Currículo, como disciplina interdisciplinar. O maior problema é a detecção dos portadores de deficiência, principalmente, nas comunidades menos favorecidas, onde na maioria das vezes, os próprios pais desconhecem o problema por serem leigos ou analfabetos. É a professora, das classes comuns, que recebe este aluno pela primeira vez, é que deveria estar preparada para auxiliar, não só a escola, mas também aos pais.

Fica assim posicionada uma questão fundamental: faz-se necessário admitir que as Escolas de Magistério, a nível de 2º Grau, devam ofertar à sua clientela conteúdos relativos ao estudo, análise e discussão da educação dos deficientes, de modo a facilitar ao docente o atendimento destes indivi-

duos, evitando que os mesmos sintam-se marginalizados quando frequentarem classes de ensino comum, como também, suscitar a reflexão e preparo dos profissionais, nessa área.

Para que o deficiente participe, efetivamente, do bem comum, como cidadão consciente é necessário que o docente consiga desenvolver sua integração da subjetividade pessoal ao reconhecimento real. Para isto, é fundamental que o docente possua embazamento teórico e prático consolidando, desta forma, a ação educativa e, talvez, possa eliminar a defazagem existente entre uma realidade tão diversificada e a Educação Especial.

A compreensão e participação da família e da comunidade é fator indispensável para qualquer tipo de planejamento de atendimento ao deficiente. A escola e a família deverão interagir em uma ação conjunta.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ALVIM, C.F. Vocabulário de termos psicológicos psiquiátricos, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971, 85
- ANTIPOFF, H In: Documenta (163) : 48,174
- BASTOS, Lília R., PAIXÃO, Lyra & FERNANDES, Lucia M. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses e dissertações. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BARRETO, Carlos E. Constituição do Brasil. São Paulo : Saraiva, 1971, 851, v.II
- Brasil, Leis, Decretos, etc. Habilitações profissionais, 40
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura - MEC. Diretrizes Básicas para a Ação do Centro Nacional de Educação Especial, Rio de Janeiro, CENESP, 1974, 21-22.
- BUCK, M.S. Pais desajustados, filhos difíceis, 2ª ed., Rio de Janeiro : Agir, 1961.
- CRUICKSHANK, W.M, JOHNSON, O.G. A Educação da criança e do jovem excepcional. Porto Alegre: Globo, 1975, 207
- MACHADO, M.S. Fundamentos de Educação Especial. São Paulo: Pioneira, 1973
- MACHADO, C.T.M. Ensinando crianças excepcionais, Rio de Janeiro: Olym-
pio, 1969, 9
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, BRASIL, MEC/CENESP. Proposta curricular para deficientes auditivos, 10.
- MAZZOTTA, S.J.M. Fundamentos de Educação Especial. São Paulo: Pioneira, 1982, 75-79.
- NERICI, G.I. Didática Geral Dinâmica, 5ª ed., São Paulo: Científica, 1973, 9-40.

- PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Indicação 002/78, 1978, 4-8
- PROCOTTE, A. O Excepcional. Curitiba: Ghignone, 1983, 33-57
- RIBAS, C.G.S. O que são pessoas deficientes. São Paulo: Brasiliense S.A, 1983, 99.
- RUSSO, P.C.S., SANTOS, M.M.T. Audiologia, 2ª ed., Infantil. São Paulo : Cortez, 1985, 79
- STANG, R. Mental Hygiene of gifted children. Witty: Paul, 1951.
- TELFORD, Ch. W, SAWREY, J.M.K. O Indivíduo excepcional. 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 629.
- VASCONCELLOS, J.P. Legislação fundamental ensino de 1ª e 2ª graus, São Paulo : Lisa, 1972, 72
- KIRK, S.A. Educating exceptional children, Boston: Houghton Mifflin Co, 1972, 164